

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Segunda Sessão Ordinária
25 – 29 de Janeiro de 2008
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL.374 (XII)

**ANÁLISE DOS RELATÓRIOS SOBRE A
PARCERIA ÁFRICA-UE**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Segunda Sessão Ordinária
25 - 29 de Janeiro de 2008
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/374 (XII) a

RELATÓRIO DO SEGUNDO FÓRUM DE NEGÓCIOS UE-ÁFRICA,
21 - 22 DE JUNHO DE 2007
ACRA, GANA

**RELATÓRIO DO SEGUNDO FÓRUM DE NEGÓCIOS EU-ÁFRICA, ACRA,
GANA, DE 21 A 22 DE JUNHO DE 2007**

1. O Segundo Fórum de Negócios EU-África, organizado conjuntamente pela Comissão da UA e a Comissão Europeia como parte das actividades da Pré-Cimeira do Sector Privado, foi realizado em Acra, Gana, em 21 e 22 de Junho de 2007. Participaram nela cerca de 130 participantes, em representação de Organizações de Negócios e regionais em África e Europa, bem como organizações internacionais.
2. Os Objectivos do Fórum Cimeira em três aspectos, nomeadamente *influenciar para melhorias no clima de negócios e investimento em África* através da melhor governação, capacitação e coerência política de modo a tornar fácil e mais atractivos os negócios e o investimento em África; *dar voz ao sector privado* através da oportunidade de dialogar directamente com a Comissão da União Africana e com a Comissão Europeia, e de forma indirecta com os Governos Africanos e com as Organizações Regionais com as quais as duas Comissões mantêm um diálogo permanente; e *tornar África mais atractiva para o sector privado Europeu* apresentando uma imagem mais clara e positiva do Continente como o local para negócios e investimentos.
3. Foram debatidos quatro tópicos durante o Fórum, que são: Questões sobre o Empreendedorismo, Interconectividade (TIC'S), Interconectividade (InfraEstruturas) e de Comércio.
4. Relativamente ao Comércio, o objectivo geral foi o de encorajar a integração regional do mercado africano (comércio intra e inter-regional).
5. Relativamente à Interconectividade das TICs, os objectivos gerais foram mercados abertas e competitivos para as TICs; colmatar a diferença em termos de avanços tecnológicos – as TICs como a força motriz para o crescimento e competitividade sócio-económica ; destaque nos projectos locais, aplicáveis e abrangentes elaborados com vista ao crescimento regional; e aumentar a velocidade e flexibilidade para as TICs e o desenvolvimento.
6. Relativamente à Interconectividade das Infraestruturas, os objectivos gerais foram a priorização de projectos e a avaliação de estruturas adequadas de financiamento; parceria de infraestruturas entre os Sectores Privados Europeus e Africanos; Sustentabilidade do Projecto durante a sua existência; estabelecer conexões entre o Fórum de Negócios e os órgãos existentes (por ex: UA, NEPAD, CIA, etc).

7. Relativamente ao Empreendedorismo, os objectivos gerais foram programas efectivos de apoio ao Empresariado que são vitais para o desenvolvimento de África como da UE.

8. O principal resultado do Fórum foi uma declaração do Sector Privado com um Conjunto de Recomendações para cada um dos quatro tópicos debatidos. Para cada caso, foram atribuídas responsabilidades claras tanto para o Sector Público como para o Sector Privado.

9. O Conselho Executivo foi solicitado a exortar os Estados Membros, as CERs, a Comissão da UA e outros actores intervenientes a implementar as recomendações do Segundo Fórum de Negócios UE-África.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

**SEGUNDO FÓRUM DE NEGÓCIOS UE-ÁFRICA
ACRA, GANA
21 - 22 DE JUNHO DE 2007**

Au/Pvt Sector/ Rpt/ II

RELATÓRIO FINAL

I. Introdução

1. O Segundo Fórum de Negócios UE-África, organizado conjuntamente pela Comissão da UA e Comissão Europeia como parte das actividades do Sector Privado da Pré-Cimeira, realizou-se em Acra, Gana, de 21 a 22 de Junho de 2007. Foi copresidido pelo Sr. Richard Morgan da Unilever e pela Sra. Browyn Wilkinson da BHP Billiton da África do Sul e participaram no Fórum cerca de 130 delegados, em representação das organizações de negócios e regionais da África e Europa, bem como Organizações Internacionais.

2. Os objectivos do Fórum cingiram-se à três aspectos, nomeadamente:

- *Influenciar para melhorias no clima de negócios e investimento em África* através da melhor governação, capacitação e coerência política de modo a tornar fácil e mais atractivo o negócio e o investimento em África;
- *Dar voz ao sector privado* através da oportunidade de dialogar de forma directa com a Comissão da União Africana e com a Comissão Europeia e de forma indirecta com os Governos Africanos e Organizações Internacionais com as quais as duas Comissões mantêm um diálogo permanente; e
- *Tornar África mais atractiva para o Sector Privado Europeu* apresentando uma imagem mais clara e positiva do continente como o local para negócios e investimento.

II. Cerimónia de Abertura

3. Durante a Cerimónia de Abertura, dirigiram-se ao Fórum o Dr. Maxwell M. Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos da Comissão da União Africana, o Sr. Lluís Riera Figueras, Director de Desenvolvimento de Políticas da Comissão Europeia e a Sra. Jana Orłowski, Encarregada de Negócios da Representação Diplomática da Alemanha no Gana, em representação da Presidência da UE, Sua Excelência o Senhor Alan Kyeremateng, Ministro do Comércio, Indústria, Desenvolvimento do Sector Privado e Iniciativa Especial do Presidente do Gana proferiu o Discurso de boas-vindas, em representação do país anfitrião e da Presidência da UA e fez a Abertura Oficial do Segundo Fórum de Negócios UE-África.

4. No seu Discurso de boas-vindas, Sua Excelência o Senhor Alan Kyeremateng, Ministro do Comércio, Indústria, Desenvolvimento do Sector Privado e Iniciativa Especial do Presidente do Gana, felicitou a criação do Fórum de Negócios UE-África, descrevendo-o como um catalizador bem vindo para a melhoria da cooperação e do diálogo nas relações UE-África, bem como, para o desenvolvimento económico. Em sua opinião, foram criadas várias oportunidades tanto para o sector privado e órgãos decisórios em ambos os lados e, portanto, o ímpeto criado deve ser mantido. Fez uma reflexão sobre as ligações comerciais entre África e a Europa e apresentou dados estatísticos que confirmam que os actuais regimes comerciais preferenciais, baseados nos Acordos de Cotonou, não atingem os objectivos desejados. Realçou que a responsabilidade deve ser dada, em parte, aos constrangimentos no lado dos

fornecedores e às débeis infraestruturas que inibem a capacidade de exportação de forma competitiva de África. Destacou de forma resumida sobre os Acordos de Parceria Económica actualmente em negociação com a UE e os potenciais problemas que África enfrenta, tais como, a perda de rendimentos dos impostos aduaneiros e o desemprego, a não ser que seja implementado um mecanismo adequado de os salvaguardar. Entretanto, manifestou-se satisfeito pelos progressos realizados nas negociações dos Acordos de Parceria Económica (APEs) desde o Primeiro Fórum. Destacou igualmente a necessidade de serem implementadas reformas económicas para melhorar o desempenho económico e a competitividade de exportação dos produtos africanos. Finalmente, declarou oficialmente aberto o Segundo Fórum de Negócios UE-África.

5. Na sua alocução, o Comissário da UA para os Assuntos Económicos, realçou o papel catalizador do Sector Privado no desenvolvimento económico de todo o mundo e, em particular, de África. Destacou a necessidade para um diálogo entre os sectores público-privado, para a criação de um ambiente que permita o desenvolvimento do sector privado e maior investimento produtivo. Destacou a importância do fortalecimento do sector privado para a globalização e a nova ordem mundial, bem como, da colocação destas questões no contexto das novas relações estratégicas com os principais parceiros de desenvolvimento. Destacou ainda, a necessidade de serem envidados esforços concertados para garantir a implementação efectiva das recomendações surgidas do Fórum. Exortou a todos os participantes a tirar vantagem total das oportunidades criadas pelo Fórum para o benefício mútuo de ambos os continentes.

6. O Sr. Lluís Riera Figueras da Comissão Europeia (CE) manifestou-se satisfeito com o espírito de cooperação entre a Comissão da União Africana (CUA) e a Comissão Europeia na organização do Fórum. Agradeceu aos membros do sector privado, particularmente os membros da equipa de trabalho, bem como outras organizações como o Banco Europeu de Investimentos (BEI) e a Organização das Nações Unidas para a Indústria (UNIDO) que fizeram apresentações no Fórum. Fez referência às duas principais deliberações que se esperavam do Fórum, nomeadamente, o acompanhamento às recomendações do Primeiro Fórum e a Declaração com recomendações definidas e alcançáveis. Manifestou-se satisfeito pelo facto dos documentos de debate para o Fórum terem sido mais objectivos e com acções direccionadas do que os do primeiro Fórum. Relativamente ao Comércio, defendeu regras para o investimento, procedimentos aduaneiros e honorários e custos mais previsíveis, transparentes e não-discriminatórios e opinou que estes serão importantes para o desenvolvimento do comércio e redução da pobreza.

7. Relativamente ao empresariado, o Sr. Figueras destacou o apoio da CE para que as companhias se engajem mais no desenvolvimento das cadeias de fornecimento. Sobre as infraestruturas clássicas, exortou uma abordagem às ligações inexistentes entre os países e regiões de modo a facilitar o comércio e os negócios para além das economias nacionais e reiterou a necessidade de manutenção adequada das estruturas existentes. Finalmente, sobre as TIC, realçou a necessidade de África por conectividade por banda larga, instituições de acessibilidade bem como de quadros jurídicos estáveis e de capacitação. Concluiu exortando ao início atempado dos preparativos para o próximo Fórum a ser realizado na Europa.

8. A Encarregada de Negócios da Representação Diplomática da Alemanha no Gana, Sr^a Jana Orlowski, referiu que África necessita de um forte desenvolvimento económico sustentável que produza o crescimento amplo baseado na mitigação da pobreza, razão pela qual o Governo Alemão havia colocado o desenvolvimento económico de África no topo da Agenda das suas presidências da UE e do G8. Reconheceu o importante papel do sector privado no apoio ao alcance destes nobres objectivos e referiu que o Fórum era sobre soluções negociadas de forma transparente e conjuntamente, prestando ao sector privado uma voz incisiva e criando uma plataforma para o diálogo público-privado. Continuou destacando que um bom clima de negócios e investimento e um sector financeiro eficiente eram os pré requisitos para a prosperidade do sector privado e manifestou ainda o compromisso do G8 no apoio à iniciativas como o Mecanismo do Clima de Investimento e “Fazer as Finanças funcionar em África”. Destacou a necessidade de intensificar o comércio africano e manifestou o compromisso da Alemanha em levar os APEs à uma conclusão bem sucedida.

III. Apresentações

9. A Cerimónia de Abertura foi seguida de duas apresentações. O Banco Europeu de Investimentos (BEI) fez uma apresentação sobre “*Actividades relacionadas com o Sector Privado em África*” ao passo que a UNIDO fez uma apresentação sobre “*Monitorização do Investimento e Plataforma de Governação para África*”.

10. Na sua apresentação, o Sr. J. Reversade do BEI debateu o amplo mandato do BEI no quadro do Acordo de Cotonou. Referiu-se ao desenvolvimento do sector privado como principal factor para a mitigação da pobreza. Realçou que o BEI apoia o sector privado, o sector financeiro, o investimento estrangeiro directo e empresas públicas comercialmente viáveis. Continuou prestando uma informação detalhada das diferentes áreas que absorveram os fundos do BEI e reiterou que a distribuição era principalmente em conformidade com o seu mandato de apoio ao sector privado. Sobre as perspectivas futuras, destacou que o segundo protocolo de financiamento do BEI (2008 – 2013) prevê fundos suplementares de 1,1 biliões de Euros para o Mecanismo de Investimento da EDF, possui recursos de 2 biliões de Euros e um pacote de subvenções de 400 milhões de Euros, dos quais 10% serão para a assistência técnica.

11. O Sr. Yoshiteru Uramoto, Director Geral Adjunto da UNIDO lembrou as relações históricas entre a sua organização e a UA e UE bem como os seus esforços conjuntos no fortalecimento dos sectores de negócios e industrial, bem como a melhoria da competição. Destacou o importante papel do sector privado em África na garantia do crescimento, geração de emprego e da riqueza, que são todos importantes para a mitigação da pobreza. Destacou a necessidade da Comunidade Internacional manter os seus serviços humanitários em África e que as estimativas das Nações Unidas de uma taxa de crescimento anual de 7% é necessária para o alcance dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento de erradicação da pobreza até ao ano 2015. Reconhecendo este facto, destacou que as parcerias estratégicas da UNIDO com a UA e UE tendem ao fortalecimento das bases económicas domésticas e que foram alcançados alguns resultados positivos neste sentido. Reiterou o interesse da UNIDO no apoio à liberalização do comércio, melhoria, modernização e fortalecimento da competitividade de exportação no contexto dos Acordos de Parceria Económica ACP e UE. Referiu que a UNIDO e a Microsoft concordaram em estabelecer uma plataforma de dados informatizados que proporcione uma ferramenta de informação tanto para os

órgãos decisórios como para o sector privado na tomada de decisões. Concluiu referindo que a UNIDO está comprometida em apoiar as iniciativas que visem a levar a prosperidade para África.

12. Seguiram-se três apresentações por parte da Comissão da UA, da Comissão Europeia e do Sector Privado sobre o Acompanhamento às Recomendações do Primeiro Fórum. Estas destacaram sobre o que cada uma das respectivas partes efectuou em resposta às recomendações surgidas do Primeiro Fórum realizado em Bruxelas, em Novembro de 2006. As recomendações centravam-se em três tópicos: Governança, Infraestruturas e Acordos de Parceria Económica. Foi prestada informação sobre os resultados, bem como, os desafios e impasses em relação a cada uma das três áreas. Foi igualmente realçado que as recomendações tendiam a ser de uma natureza geral e que, portanto, a sua implementação era de certo modo difícil de determinar. Os participantes felicitaram os relatórios de acompanhamento.

IV. Grupos de Trabalho

13. Os participantes foram divididos em quatro grupos de trabalho. Cada grupo debateu um dos seguintes tópicos:

- Empresariado;
- Interconectividade (TICs);
- Interconectividade (Infraestruturas);
- Questões do Comércio.

14. Após calorosos debates, cada um dos grupos de trabalho elaborou várias recomendações, acompanhadas pela seguinte declaração:

“O Fórum de Negócios UE-África – reunido em Acra, Gana em Junho de 2007 – reitera o compromisso do sector privado em trabalhar com a União Africana, com a União Europeia e com os seus respectivos Governos, afim de fortalecer ainda mais o desenvolvimento económico de África.

Recomenda as acções específicas em anexo para apoiar o alcance destes objectivos nas áreas do comércio, TICs, infraestruturas e empresariado, tendentes a beneficiar de forma total todas as camadas sociais, incluindo a mulher.

Creemos que os negócios têm uma grande e valiosa contribuição a prestar e esperamos que venha a acontecer uma parceria prática contínua.”

15. As **recomendações** dos grupos de trabalho repartidos foram as seguintes:

A. Comércio **Objectivos Gerais:**

Encorajar a integração regional do Mercado Africano (comércio inter- e intra-regional):

Principais recomendações:

- i. As cinco regiões dos APE africanas devem aprofundar os seus mercados regionais com vista a criar mais oportunidades de comércio e investimento através da melhoria da governação relacionada com o comércio.

Responsabilidade do sector público:

- Concordar, desenvolver e fortalecer as importantes legislações, regulamentos protocolos de apoio e, em particular: criar transparência nos procedimentos e regulamentos; definir regras transitórias e objectivos bem como penalizações para os países que causem problemas no trânsito; harmonizar os procedimentos de comércio; facilitar a cooperação aduaneira regional; eliminar ou minimizar os honorários e custos; permitir recurso jurídico para reclamação das decisões aduaneiras; estabelecer estruturas administrativas únicas para as formalidades documentais; simplificar os procedimentos para a autorização aduaneira das mercadorias. É importante uma estreita colaboração com as negociações e regras da OMC;
- Capacitar os intervenientes na aplicação da legislação na cadeia comercial e prestar informações sobre o comércio trans-fronteiriço nos postos de entrada e fronteiras;
- Estabelecer sistemas ou plataformas semelhantes aos SOLVIT com a mesma funcionalidade para facilitar o comércio intra- e inter-regional;
- A organização e capacitação do sector privado africano aos níveis regional e continental deve ser fortalecida para uma melhor divulgação, representação e desenvolvimento da capacidade de negócio.

Responsabilidade do sector privado:

- As comunidades regionais e os governos nacionais devem reduzir as demoras nas fronteiras em até 50% em média. O sector privado deve monitorizar o progresso. A UA deve apoiar de forma adequada;
 - Os governos nacionais deve definir programas de formação para funcionários aduaneiros e policiais e levar a cabo programas de consciencialização pública. O sector privado deve monitorizar;
 - As comunidades regionais devem levar a cabo estudos de viabilidade com o apoio da UA e em consulta com o sector privado;
 - Os grupos de negócio africanos devem formar plataformas regionais.
- ii. Com os APEs, trabalhar no sentido da efectiva liberalização das mercadorias e serviços com o apoio dos negócios para uma liberalização assimétrica do comércio entre a UE e África.

Responsabilidade do sector público:

- A UE e as Comunidades Regionais devem urgentemente concluir os APEs sobre os termos que garantem que a liberalização contribua para o desenvolvimento. De modo a garantir que isto ocorra, a liberalização deve

ser faseada de forma adequada num período de quinze anos. Os bens essenciais necessários para a industrialização bem como os bens que fortalecem a competitividade das indústrias africanas devem ser liberalizados a partir da entrada em vigor dos APEs. Os produtos sensíveis devem ser liberalizados num período de até quinze anos. Os mecanismos de salvaguarda devem ser incluídos nos APEs para dar às Partes a opção de negociar na base de um período com flutuações imprevistas nas ameaças de importações que ameacem os produtores locais;

- A UE e as comunidades regionais devem incluir regras de origem claras e alcançáveis que facilitem o comércio e o investimento;
- Com o auxílio para o comércio, apoiar os exportadores africanos no alcance dos regulamentos/normas SPS, TBT (incluindo infraestruturas como os laboratórios, centros de acondicionamento, etc.) e desenvolver infraestruturas relacionadas com o comércio;
- Organizar o sector privado em África de modo a identificar as barreiras não tarifárias específicas (BTNs), recolher informação e levar a cabo a efectividade das políticas de impostos e os programas de facilitação do comércio.

Responsabilidade do sector privado:

- Os negociadores africanos devem garantir uma estreita consulta com os negócios africanos e estes devem elaborar propostas concretas para identificar os sectores prioritários e sensíveis;
 - Os doadores, as comunidades regionais e as autoridades nacionais devem realizar uma avaliação das necessidades envolvendo o sector privado;
 - Definir ou consolidar redes de negócios em cada região.
- iii. Criar condições Para o aumento dos investimentos gerando valor acrescido local em África através de quadros jurídicos e reguladores harmonizados e da melhor governação.

Responsabilidade do sector público:

- A UE e as comunidades regionais devem garantir que as regras para investimento dos APEs incluam o direito de estabelecimento, tratamento nacional, não-discriminação e abordagem aos incentivos/desencorajamentos para o investimento e incluir a resolução de disputas bilaterais;
- As regiões africanas devem estabelecer um regulamento de serviço de mercado pró-competitivo no desenvolvimento dos sectores prioritários;

- Os países africanos devem estabelecer ou fortalecer as capacidades das agências de promoção de investimentos para apoiar os investidores no alcance das necessidades administrativas.

Responsabilidade do sector privado:

- As comunidades regionais devem identificar, em colaboração com a UA, áreas de prioridade em consulta com o sector privado;
- Os governos nacionais devem rever a actual situação em estreita colaboração com o sector privado e com o apoio da UA.

B. Interconectividades TICs

Objectivos Gerais:

Mercados abertos e competitivos para as TICs; reduzir as diferenças na era digital – as TICs como impulsionadoras para o crescimento sócio-económico competitividade; destaque em projectos locais, implementáveis e abrangentes elaborados para o escalonamento regional; e levar a cabo passos rápidos e flexíveis para as TICs e o desenvolvimento.

Principais recomendações:

- i. Definir e implementar programas para a Capacitação Institucional para as TICs

Responsabilidades do sector público:

- A UA deve identificar uma rede de formação e ensino (PPP);
- A UE e os doadores internacionais devem financiar mais recursos para a formação e ensino;
- Criar um observatório para o desenvolvimento das TICs de modo a criar indicadores, avaliar o progresso e partilhar as melhores práticas (PPP)

Responsabilidades do sector privado:

- Proporcionar conteúdo e recursos para a formação (PPP);
- Proporcionar dados e contribuições para o observatório (PPP);
- Co-presidências Para criar Comitês de Direcção e equipas de programas.

- ii. Programa de acesso rural

Responsabilidade do sector público:

- Os países devem reforçar as instituições de microfinanciamento e de financiamentos com os doadores;
- Ligar-se com os quadros reguladores locais;
- A UE e os Doadores Internacionais devem financiar os países piloto (PPP).

Responsabilidade do sector privado:

- Seleccionar os Países Piloto;
 - Envolver os Operadores Locais;
 - Formação em Modelos de Negócios de Franquia;
 - A indústria deve co-financiar os países piloto (PPP);
 - Co-presidências para criar Comitês de Direcção e equipas de programas.
- iii. Consciencializar sobre as TICs nos órgãos decisórios e garantir a disponibilização de mais financiamento para as TICs.

Responsabilidade do sector público:

- A UE e a UA devem criar programas de consciencialização sobre as TICs e possibilidades de financiamento (realização de vários seminários/demonstrações/exposições/workshops);
- Organizar conferências regionais com temas sobre TICs (PPP) com a UE/UA/PNUD.

Responsabilidade do sector privado:

- Proporcionar conteúdo e recursos para a campanha;
 - Conferências regionais sobre temas das TICs (PPP);
 - Co-presidências Para criar Comitês de Direcção e equipas de programas.
- iv. Felicitar o Projecto da NEPAD de Ensino-informatizado.

Responsabilidade do sector público:

- Propriedade por parte da União Africana;

- Incentivar o sector privado com planos regionais sustentáveis por parte da UA;
- Decisão de financiamento da UE e dos doadores internacionais dirigida pela UA;
- Harmonizar o licenciamento para frequências radiofónicas em todo o continente.

Responsabilidade do sector privado:

- Continuar a investir na capacidade técnica;
- Encorajar normas abertas;
- Envolver parceiros locais;
- Co-presidências Para criar Comitês de Direcção e equipas de programas.

C. Interconectividades de Infraestruturas

Objectivos Gerais:

Priorização e avaliação do projecto de estruturas adequadas de financiamento; parcerias de infraestruturas entre os sectores privados europeu e africano; sustentabilidade do projecto durante a sua existência (O&M); estabelecimento de ligações entre o Fórum de Negócios e os órgãos existentes (por exemplo a UA, a NEPAD, a ICA, etc.)

Principais Recomendações

- i. Priorizar os projectos de infraestruturas de acordo com o seu impacto para a integração regional e potencial de desenvolvimento para o continente (“Redes Trans-Africanas”)

Responsabilidades do sector público:

- Os países parceiros devem identificar os projectos de maior importância para a potencial integração regional e desenvolvimento; os doadores internacionais podem actuar como “catalizadores” na identificação das prioridades em relação aos projectos regionais/transfronteiriços.

Responsabilidade do sector privado:

- O sector privado deve manifestar as suas opiniões e prestar contribuições através de um procedimento formal para o processo de consulta.
- ii. Definir compromissos de financiamento adequados dependentes da viabilidade comercial do projecto e do seu potencial em atrair financiamento privado.

Responsabilidade do sector público:

- Os países parceiros e os doadores internacionais devem reconhecer o conceito de PPP como uma ferramenta para a modernização da prestação de infraestruturas e garantia do quadro necessário;
- As preocupações legítimas dos intervenientes devem ser abordadas;
- Os Estados Africanos devem promulgar legislações adequadas para o PPP, por exemplo, que permita que os fundos de pensão sejam investidos em infraestruturas.

Responsabilidade do sector privado:

- O sector privado deve adaptar a experiência aprendida nos Projectos PPP de forma global às realidades no continente africano, uma vez não haver uma metodologia “que seja adequada para todos”;
 - O sector privado deve identificar os projectos que seriam interessantes em termos de PPP em África.
- iii. Envolver o sector privado local de forma melhor que anteriormente durante o projecto; aumentar o “conteúdo local” dependendo das especificidades do projecto.

Responsabilidade do sector público:

- Facilitar o acesso às instituições de crédito e outros meios que permitam aos prestadores de serviço privados africanos de funcionar de forma efectiva e desenvolver as suas habilidades operacionais;
- Os países parceiros e os doadores internacionais necessitam estabelecer coerência entre os seus objectivos de políticas de desenvolvimento (Propriedade, CSR, normas internacionais, etc.) e o processo de aquisição.

Responsabilidade do sector privado:

- Estabelecer joint ventures ou outras formas de parceria entre os fornecedores de infraestruturas europeus e africanos;

- Transferência do conhecimento para as companhias africanas;
 - Envolver os fornecedores locais na cadeia de fornecimento;
 - Empregar o máximo da força de trabalho local.
- iv. Garantir a sustentabilidade do projecto durante a sua duração com a integração das fases de operação e manutenção no projecto.

Responsabilidade do Sector Público:

- Os países parceiros e os doadores internacionais necessitam de desenvolver métodos inovadores de aquisição e procedimentos de selecção.

Responsabilidade do sector público:

- O sector privado necessita de transferir a sua experiência nesses projectos para os países parceiros e a Comissão/bancos bilaterais de desenvolvimento.

D. Empresariado

Objectivos gerais:

Para o desenvolvimento tanto da África como da UE, são necessários programas efectivos de apoio ao empresariado.

Principais recomendações

- i. Criar uma rede de guinchet-únicos Para apoiar a criação de companhias

Responsabilidade do sector público:

- Os Estados Africanos devem financiar a criação dessa rede;
 - A Comissão Europeia deve garantir que a criação dos guinchet-únicos possa ser financiada através de programas de financiamento;
 - A Comissão da UE deve organizar visitas de estudo para o pessoal da Comissão da UA para verificar os guinchet-únicos existentes a operar na UE.

Responsabilidade do sector privado:

- Apoiar as redes a girir/operar as redes de guinchet-únicos, garantindo a introdução de empresários principiantes nas redes de negócios existentes.
- ii. Definir programas nacionais que promovam agrupamentos.

Responsabilidade do sector público:

- Os Estados Africanos devem desenvolver e publicar programas nacionais de 5 anos para apoio aos agrupamentos. Os referidos programas devem possuir objectivos claros em termos do número de agrupamentos, empresas e sectores a serem apoiados, incentivos fiscais (e outros) oferecidos às companhias pertencentes aos agrupamentos bem como a abordagem da questão da propriedade no seio dos agrupamentos. A Comissão Europeia deve garantir que a criação dos agrupamentos seja apoiada financeiramente através de programas de financiamento;
- A Comissão da UE deve organizar visitas de estudo para o pessoal da Comissão da UA;
- A Comissão da UA deve desenvolver um “modelo” de programa de agrupamento – para ser adaptado e ajustado de forma adequada pelos Estados;
- A Comissão da UA deve realizar uma pesquisa e produzir um “registo” anual dos agrupamentos relativo à implementação dos programas.

Responsabilidade do sector privado:

- Os países devem desenvolver políticas de “agrupamentos” próprias com os fornecedores e outras Pequenas e Médias Empresas na cadeia de valores – preparação, treinamento, formação, controlo da qualidade, etc;
- Apoio às redes para a administração dos agrupamentos;
- Os negócios devem apoiar as redes na elaboração dos modelos de MdEs para o uso entre as MNCs e as Pequenas e Médias Empresas no agrupamento.

iii. Financiamento ao empresariado

Responsabilidade do sector público:

- O BEI deve continuar com a disponibilização porcentual de financiamento a ser prestada aos empréstimos iniciais;

- O BEI deve igualmente continuar com maior transparência na origem dos seus fundos;
- A Comissão da UA deve investigar a viabilidade de criar um “Banco para as Pequenas e Médias Empresas”.

Responsabilidade do sector privado:

- O sector privado (Bancos com base em África) deve desenvolver critérios e metodologias simplificadas de avaliação de risco para as Pequenas e Médias Empresas/iniciantes;
- Os bancos devem aumentar a formação do pessoal para melhor compreender as necessidades das Pequenas e Médias Empresas.

iv. Empresariado no ensino

Responsabilidade do sector público:

- Os estados africanos devem consultar, desenvolver e divulgar programas à longo-prazo (10 anos?) de apoio ao empresariado no ensino. Os referidos programas devem cobrir desde o ensino primário em diante; ter objectivos de 5 a 10 anos; envolver claramente o sector privado e as autoridades da educação em conceito e nível; disponibilizar várias ferramentas/métodos (tanto para os instruídos como para os analfabetos); destaque no desenvolvimento de habilidades de TICs;
- A Comissão da União Africana deve instigar o processo de consultas com os Estados para preparar os programas, desenvolver um conjunto de objectivos; e subseqüentemente publicar o sistema de registo sobre a implementação dos programas.

Responsabilidade do sector privado:

- Os sectores privado – e da educação – devem desempenhar importantes funções na ajuda no desenvolvimento e implementação de programas nacionais;
- O Sector MNC, em particular, deve criar/apoiar as escolas de formação técnica; desenvolver programas de formação vocacional e incluir a formação de empresariado na formação vocacional.

v. Formalidades

Responsabilidade do sector público:

- Os Estados Africanos devem acordar o prazo máximo de 1 semana para os procedimentos para a constituição de uma companhia;

- Que a Comissão da UA elabore um “esquema” dos procedimentos que vigore em todos os estados.

Responsabilidade do sector privado:

- É necessário que os termos do código sejam acordados pelo sector privado.

vi. Aquisição pública - pagamento

Responsabilidade do sector público:

- Os estados africanos devem concordar num código de conduta – *inter alia* – relativo aos pagamentos pelo sector público (a todos os níveis): definindo os termos de pagamento; concordando em punições Para atrasos nos pagamentos; garantindo a emenda de contratos para incluir a previsão por reclamações de punições no caso de atraso no pagamento.

V. Sessão de Encerramento

16. Na Sessão de Encerramento fizeram declarações o Dr. Maxwell M. Mkwezalamba, Comissário Para os Assuntos Económicos da UA e pelo Sr. Louis Michel, Comissário da União Europeia Para o Desenvolvimento e Auxílio Humanitário.

17. O Dr. Mkwezalamba reiterou a necessidade de um mecanismo de acompanhamento efectivo para o Fórum, visto que cada um dos quatro tópicos debatidos durante o fórum são importantes para a Agenda do Desenvolvimento Económico Africano. Referiu que o empresariado é importante para que o continente tenha sucesso na sua luta para a mitigação da pobreza. Com o fortalecimento das habilidades empresariais, África pode apoiar o potencial produtivo do seu povo e garantir economias fortes. Relativamente as Interconectividades TIC, destacou que a diferença na era digital continua a condicionar o progresso do continente. Destacou igualmente a importância da boa qualidade da informação e o seu impacto na tomada de decisão, eficiência empresarial, inovação e competitividade. Sobre as infraestruturas clássica, chamou a atenção do Fórum sobre o actual estado débil das infraestruturas em África. Destacou que têm impacto negativo nos negócios e reduzem a competitividade do continente. Deu o exemplo dos altos custos dos transportes que afectam tanto os países exportadores como importadores, particularmente no contexto do comércio intra-africano, e de que maneira os custos da energia impedem os investidores de investir em África. Instou o sector privado a explorar possibilidades dos PPPs de modo a reduzir as dificuldades no campo das infraestruturas para os negócios.

18. Na área do comércio, reconheceu os progressos até aqui alcançados nas negociações dos APEs realçando que decisões mais difíceis deverão ser tomadas nos próximos meses. Destacou as grandes oportunidades de negócio existentes entre a Europa e a África e exortou a continuação dos diálogos em curso de modo a se chegar a um resultado de sucesso. Finalmente, informou que a Comissão da UA está a realizar várias actividades, tais como o estudo do micro-financiamento, o estudo do

investimento e a harmonização da legislação de negócios no continente bem como no estabelecimento das três instituições financeiras.

19. O Sr. Louis Michel manifestou-se satisfeito com as recomendações precisas resultantes do Fórum. Destacou que a política de desenvolvimento da UE e teve destaque nas principais funções desempenhadas pelo ambiente de negócios e infraestruturas adequadas. Destacou que a promoção da governação não pode ser limitada à luta contra a corrupção, mas deve ser expandida para incluir a justiça, criação de instituições jurídicas sólidas, quadro institucionais e macroeconómicos que apoiam as iniciativas privadas. Anunciou que a 10ª EDF irá disponibilizar 20% do seu pacote para questões de governação. Destacou a importância das infraestruturas para África e anunciou a criação de um Fundo de 90 milhões de Euros dedicado para este fim. Em relação ao empresariado, realçou o seu apoio para que a questão do género seja abordada, e ao financiamento das Pequenas e Médias Empresas, opinou que o Banco Europeu de Investimentos (BEI) está bem equipado para lidar com esta questão. Manifestou-se igualmente satisfeito com as recomendações feitas na área das TICs e a prontidão do apoio aos desenvolvimentos nessa área por parte da UE. Finalmente manifestou a sua tristeza com o comportamento pouco ético de alguns investidores estrangeiros, citando os chineses em particular, e exprimiu ainda a necessidade por uma competição balanceada e baseada nos princípios éticos.

20. O Fórum terminou com uma Conferência de Imprensa na qual participou o Dr. Maxwell Mkwezalamba da Comissão da UA, o Sr. Louis Michel da Comissão Europeia e os dois co-presidentes, o Sr. Richard Morgan da Unilever e a Sr^{as} Browyn Wilkinson da BHP Billiton da África do Sul.

DECLARAÇÃO FINAL

2º Fórum de Negócios UE – África: 21 - 22 de Junho de 2007 Acra, Gana

O Fórum de Negócios UE - África - reunido em Acra, Gana, em Junho de 2007 - reforçou os compromissos do sector privado no sentido de funcionar com a União Africana, a União Europeia e os seus respectivos governos, de modo a reforçar mais o desenvolvimento económico de África.

Recomendou às acções específicas em anexo para auxiliar no alcance deste desiderato nos campos do comércio, TICs, infra-estruturas e empreendedorismo, tendentes a beneficiar todos os segmentos da sociedade incluindo a mulher.

Acreditamos que os negócios prestam uma ampla e valiosa contribuição no sentido de criar e almejamos por uma parceria prática contínua.

Grupo de Trabalho : Comércio

Objectivos Gerais

Encorajar a integração regional do mercado africano (comercio intra- e inter regional)

RECOMENDAÇÃO

RESPONSABILIDADE DO SECTOR PÚBLICO

RESPONSABILIDADE DO SECTOR PRIVADO

INDICADOR DE PROGRESSOS

PRAZOS/ CONCLUSÃO

As quatro regiões dos APEs africanas devem aprofundar os seus mercados regionais de modo a criar mais oportunidades de comércio e de investimento através da melhoria da gestão relacionada com o comércio.

- Acordar, desenvolver e aplicar importantes legislações, regulamentos e protocolos, e em particular: estabelecer a transparência de procedimentos e regulamentos; definir regras de trânsito e metas bem como multas para os países que causem problemas de trânsito; harmonizar os procedimentos de comércio; facilitar a cooperação regional na área das alfândegas; eliminar ou minimizar as multas e as cobranças; permitir recursos jurídicos para apelação das decisões aduaneiras; estabelecer guinchets-únicos para as formalidades documentais; simplificar os procedimentos para o desalfandegamento de bens; é essena estreita coordenação com as negociações e regras da OMC;

- Desenvolver a capacidade dos actores intervenientes na área da aplicação das legislações na área do comércio e prestação de informações sobre o comércio transfronteiriço nos postos de entrada e fronteiras;

- Estabelecer sistemas ou plataformas semelhantes a funcionalidade da SOLVIT para facilitar o comércio intra e inter-regional;

- A organização e a capacitação do sector privado africano aos níveis regional e continental devem ser reforçadas para uma melhor advocacia, representação e desenvolvimento da capacidade negocial.

As comunidades Regionais e os governos nacionais devem reduzir as demoras fronteiriças em 50% em média. O sector privado deve monitorizar o progresso; A UA deve apoiar devidamente;

Os govenos nacionais devem definir programas de formação para funcionários aduaneiros e policiais e lançar programas de consciencialização. O sector privado deve monitorizar;

As comunidades regionais devem lançar estudos de viabilidade com o apoio da UA e em consulta com o sector privado; Os grupos de negócios africanos devem formar plataformas regionais.

Fim de 2008

Fim de 2008

Meados de 2008

Meados de 2008

- Concluir urgentemente com os APEs em termos de garantia que a liberalização contribua para o desenvolvimento. De modo a garantir isto, a liberalização deve ser faseada devidamente num período de quinze anos. Os bens essenciais necessários para a industrialização bem como os

UE e comunidades regionais

Os negociadores africanos devem garantir as consultas estreitas com os negócios

Dezembro de 2007

Setembro de 2007

<p>Com os APEs, trabalhar no sentido da liberalização efectiva dos bens e serviços com o apoio dos negócios para a liberalização do comércio assimétrico entre a UE e África.</p>	<p>bens que reforçam a competitividade das indústrias africanas devem ser liberalizados a partir da entrada em vigor dos APEs. Os produtos sensíveis devem ser liberalizados num período de quinze anos. Os mecanismos de salvaguarda devem ser incluídos nos APEs para dar às partes a opção de negociar em base temporária com questões imprevistas nas importações que ameacem os produtores locais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incluir regras de origem claras e alcançáveis que facilitem o comércio e o investimento; • Com o auxílio para o comércio, apoiar os exportadores africanos no alcance dos regulamentos/normas SPS, TBT (incluindo infra-estruturas como os laboratórios, centros de condicionamento, etc) e desenvolver estruturas relacionadas com o comércio; • Organizar o sector privado em África de modo a identificar barreiras não tarifárias específicas (BNTs), recolha de informações e prestação de políticas de taxaço e programas de facilitação do comércio. 	<p>africanos, e os negócios africanos devem elaborar propostas concretas para identificar os sectores primários e sensíveis.</p> <p>UE e comunidades regionais</p> <p>Doadores, comunidades regionais e autoridades nacionais devem realizar avaliações de necessidades que envolvam o sector privado</p> <p>Definir ou consolidar as redes de negócios em cada região.</p>		<p>Setembro de 2007</p> <p>Dezembro de 2007</p> <p>10º Programa do FDE</p> <p>Meados de 2008</p>
<p>Criar as condições para aumentar os investimentos que gerem mais-valia local em África através de quadros legislativos e reguladores harmonizados e melhor gestão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As regras dos APEs para o investimento devem incluir o direito do estabelecimento, tratamento nacional, não-discriminação e abordagem dos incentivos/desincentivos para o investimento e incluir a resolução de disputas bilaterais; • As regiões africanas devem estabelecer serviços pró-competitivos de regulamentos de mercado no desenvolvimento dos sectores privados; • Os países africanos devem estabelecer ou fortalecer as capacidades das agências de promoção de investimentos para apoiar os investidores no alcance das necessidades administrativas. 	<p>UE e comunidades regionais</p> <p>As comunidades regionais devem identificar, em colaboração com a UA, as áreas prioritárias estratégicas em consulta com o sector privado.</p> <p>Os governos nacionais devem rever a actual situação em estreita cooperação com o sector privado e com o apoio da UA.</p>		<p>Dezembro de 2007</p> <p>Meados de 2008</p> <p>Meados de 2008</p>

OBJECTIVOS GERAIS	Mercados abertos e competitivos para as TICs			
	Equiparar a disparidade digital – TICs como a força motriz para o crescimento e competitividade sócio-económica			
	Destaque nos projectos locais, implementáveis e abrangentes elaborados para o crescimento regional			
	Celeridade e flexibilidade para as TICs e o desenvolvimento			
RECOMENDAÇÃO	RESPONSABILIDADE DO SECTOR PÚBLICO	RESPONSABILIDADE DO SECTOR PRIVADO	INDICADOR DE PROGRESSO	PRAZOS
Definir e implementar programas para o reforço das capacidades institucionais para as TICs	1) A UA deve identificar uma rede de formação e de educação (PPP); 2) a UE e os Doadores Internacionais devem financiar e providenciar recursos para a formação e educação; 3) Criar um observatório para o desenvolvimento de TICs para criar indicadores, avaliadores dos progressos e partilha das melhores práticas (PPP)	1) Proporcionar conteúdos e recursos para a formação (PPP); 2) Proporcionar dados e contribuições para o observatório (PPP); 3) Os co-presidentes devem criar comités directivos e equipas de programas	300 formandos formados; Criação do observatório	1 ano
Programa de Acesso Rural	1) Os países devem reforçar o as instituições de microfinanciamento e financiamentos com os doadores; 2) interacção com os quadros reguladores locais; 3) A UE e os Doadores Internacionais devem financiar os programas piloto (PPP)	1) Seleccionar países pilotos; 2) Envolver Operadores Locais; 3) Formação em Modelos de Negócios por Parcerias; 4) A industria deve co-financiar os projectos piloto (PPP); 5) Os co-presidentes devem criar comités directivos e equipas de programas.	Número de postos de emprego criados com parcerias de auto-suficiência piloto. Aumento no número de pessoas com acesso nas áreas rurais.	1 ano
Conscientizar os decisores políticos sobre as TICs e garantir a disponibilização de mais financiamentos para as TICs	1) A UE e a UA devem criar programas de consciencialização sobre as TICs e possibilidades de financiamento (séries de seminários/demonstrações/exposições /workshops); 2) Organizar conferências regionais com temas sobre TICs (PPP) com a UE/UA/PNUD	1) Providenciar conteúdo e recursos para campanhas; 2) Conferências regionais com temas sobre TICs (PPP); 3) Os co-presidentes devem criar comités directivos e equipas de programas.	2 Conferências regionais sobre TICs e participação de importantes funcionários governamentais	1 ano
Lançamento do Projecto sobre “Escolas Electrónicas” (e-Schools) da NEPAD	1) Propriedade por parte da União Africana; 2) Incentivar o sector privado com planos regionais sustentáveis por parte da UA; 3) A UA deve orientar a decisão de financiamentos da UE e dos doadores internacionais; 4) Harmonizar o licenciamento para as estações de rádio em toda a África.	1) Continuar a investir na capacidade técnica; 2) Encorajar normas abertas; 3) Envolver os parceiros locais; 4) Os co-presidentes devem criar comités directivos e equipas de programas.	50 escolas estão agora interligadas no programa piloto, aumentando para 2000 (1 – 2 anos) mas a meta principal é de 50.000 em 5 anos	2 – 5 anos

2º Fórum de Negócios UE – África: 21 – 22 de Junho de 2007, Acra, Gana

GRUPO DE TRABALHO: INTERCONEXÃO INFRA-ESTRUTURAS

Priorização do Projecto e avaliação de estruturas de financiamento apropriadas

OBJECTIVOS GERAIS	Parcerias em infra-estruturas entre o Sector Privado Europeu e Africano			
	Sustentabilidade do Projecto durante a duração do mesmo (O&M)			
	Estabelecimento de interligações entre o Fórum de Negócios e os órgãos existentes (ex. UA, NEPAD, CIA, etc)			
RECOMENDAÇÃO	RESPONSABILIDADE DO SECTOR PÚBLICO	RESPONSABILIDADE DO SECTOR PRIVADO	INDICADOR DE PROGRESSO	PRAZOS/ CONCLUSÃO
Priorizar projectos de infra-estruturas de acordo com o seu impacto para a integração regional e potencial de desenvolvimento para o continente (Redes Trans-Africanas – “Trans-African Networks”)	Os países parceiros devem identificar projectos de grande importância para a integração regional e potencial de desenvolvimento; Os doadores internacionais podem actuar como “catalisadores” na identificação de prioridades com relação aos projectos regionais/transfronteiriços.	O sector privado deve expressar as suas opiniões e prestar informações de retorno através de um procedimento formal no processo de consultas	Intensificar o diálogo entre os sectores público-privado em relação a prioridades dos projectos	Considerar um representante do sector privado como observador no Comité Directivo da Parceria UE-África sobre infra-estruturas
Definir compromissos de financiamento apropriados dependentes da viabilidade comercial dos projectos e do seu potencial de atrair financiamentos privados	1) Os países parceiros e os doadores internacionais reconhecem o conceito da PPP como uma ferramenta para a modernização a disponibilização de infra-estruturas e garantia do necessário quadro; 2) As legítimas preocupações dos actores intervenientes devem ser abordadas; 3) Os Estados Africanos devem introduzir legislações adequadas para a PPP, por exemplo, que permita os fundos de pensão investir em infra-estruturas.	1) O sector privado deve adaptar a experiência obtida nos projectos de PPP ao nível global às realidades no continente africano, uma vez que não há a metodologia de que “um sirva para todos”; 2) O sector privado deve identificar os projectos que sejam interessantes em termos de PPP em África.	1) Partilha de experiências com os países e instituições africanas; 2) Identificar os potenciais projectos de PPP no sector das “infra-estruturas clássicas” no continente africano e iniciar um debate estruturado com os demais actores intervenientes.	Estabelecer um diálogo estruturado sobre a PPP entre a União Africana, o Mecanismo de Investimento em Infra-estruturas da NEPAD e os fornecedores de infra-estruturas europeus.
Envolver o sector privado local melhor do que no passado no ciclo do projecto; Melhorar o “conteúdo local” dependendo das especificidades do projecto	1) Facilitar o acesso aos mecanismos de crédito e outros meios que permitam os prestadores de serviços do sector privado africano funcionar de forma efectiva e desenvolver as suas habilidades operacionais; 2) Os países parceiros e os doadores internacionais necessitam estabelecer coerência entre os seus objectivos das políticas de desenvolvimento (propriedade, CSR, normas internacionais, etc.) e o processo de aquisição.	Estabelecer joint ventures ou outras formas de parcerias entre os fornecedores de infra-estruturas europeus e africanos; Transferir os conhecimentos para as companhias africanas; Envolver os fornecedores locais na rede de fornecimento; Empregar o máximo da força de trabalho.	1) Reforçar o diálogo sectorial e/ou regional entre as companhias europeias e africanas; 2) As regras de aquisição que impulsionem o envolvimento do sector privado africano, ex. os critérios de Pré-qualificação/Avaliação.	1) Identificar as formas adequadas de parcerias que impulsionem uma estreita colaboração entre os prestadores de serviço europeus e africanos; 2) Organizar um diálogo entre o Fórum e a Comissão sobre políticas de aquisição.

<p>Garantir a sustentabilidade durante a duração do projecto com a integração da fase de operação e manutenção no projecto</p>	<p>Os países parceiros e os doadores internacionais necessitam desenvolver métodos inovadores de aquisição e procedimentos de selecção.</p>	<p>O sector privado necessita transferir as suas experiências sobre os referidos projectos para os países parceiros e para a Comissão/bancos de desenvolvimento bilaterais.</p>	<p>1) Preparar uma lista de potenciais projectos Elaborados-Criados-Operados e baseados no desempenho; 2) Análise conjunta dos projectos piloto que foram implementados.</p>	<p>Usar as reuniões da parceria UE-África para rever e monitorizar as experiências adquiridas com métodos inovadores de aquisição.</p>
---	---	---	--	--

2º Fórum de Negócios UE – África: 21 – 22 de Junho de 2007, Acra, Gana

GRUPO DE TRABALHO: Empreendedorismo				
OBJECTIVOS GERAIS	Programas efectivos de apoio ao empreendedorismo são vitais para o desenvolvimento tanto de África como da UE			
RECOMENDAÇÃO	RESPONSABILIDADE DO SECTOR PÚBLICO	RESPONSABILIDADE DO SECTOR PRIVADO	INDICADOR DE PROGRESSO	PRAZOS/ CONCLUSÃO
Criar uma rede de Guinchet-únicos que auxiliem na iniciação de companhias	Os Estados africanos devem financiar a criação desta rede. A Comissão Europeia deve garantir que a criação de Guinchet-únicos possa ser apoiada financeiramente através de programas de financiamento. A Comissão da União Europeia deve organizar visitas de estudo para os Funcionários da Comissão da União Africana no sentido de tomar conhecimento dos Guinchet-únicos existentes e em operação na UE.	Apoiar as redes na gestão/operação das redes de Guinchet-únicos, garantindo a introdução de empresários iniciantes nas redes de negócios existentes.	Orçamentos disponibilizados para o programa? Número de Guinchet-únicos criados? Número de empresários apoiados? Número de mulheres empresarias apoiadas?	Planos nacionais publicados num período de 1 ano. Implementados em 3 anos.
Criar programas nacionais que promovam as agrupações	Os Estados Africanos devem desenvolver e publicar programas nacionais de apoio às agrupações de 5 anos. Os referidos programas devem possuir objectivos claros em termos do número de agrupações, empresas e sectores a serem apoiados, incentivos fiscais (e outros) oferecidos para as companhias pertencentes às agrupações, bem como a abordagem das questões sobre a posse da propriedade nas agrupações. A Comissão Europeia deve garantir que a criação de agrupações possa ser apoiada financeiramente através de programas de financiamento. A Comissão da UE deve organizar visitas de estudo para os Funcionários da Comissão da UA. A Comissão da UA deve desenvolver “modelos” de programas de agrupação – a serem adaptados e modificados de modo apropriado pelos Estados. A Comissão da UA deve pesquisar e produzir “mecanismos de avaliação” anuais das agrupações sobre a implementação dos programas.	As Companhias Multinacionais de Comércio devem criar as suas próprias políticas de “agrupações” com os fornecedores e outras Pequenas e Médias Empresas na cadeia de valores-prestando assistência profissional, treinamento, formação e controlo da qualidade... Apoiar as redes na gestão das agrupações. Redes de apoio aos negócios para a elaboração de modelos de Memorandos de Entendimento para o uso entre as Companhias Multinacionais e as Pequenas e Médias Empresas nas agrupações.	Número de programas nacionais publicados? Número de agrupações formadas/fundadas? Número de agrupações que abordam especificamente as necessidades das mulheres empresárias criadas? Número de Memorandos de Entendimento entre as Companhias Multinacionais e as Pequenas e Médias Empresas criados?	A Comissão da UA deve criar um Modelo até a próxima Cimeira de Negócios. Os programas nacionais devem ser publicados num prazo de 18 meses.
Apoio bancário ao empresariado	O Banco Europeu de Investimentos deve insistir na percentagem de financiamento a ser	O Sector Privado (Bancos baseados em África) deve	Publicação de um Código entre os Bancos	Código: 1 ano. Formação para os

	disponibilizada para os empréstimos iniciais. O BEI deve igualmente insistir sobre maior transparência na origem dos fundos do BEI. A Comissão da UA deve investigar a viabilidade da criação de um “Banco para as Pequenas e Médias Empresas”.	desenvolver critérios e metodologias de avaliação dos riscos simplificados para as iniciantes/Pequenas e Médias Empresas. Os Bancos devem incrementar a formação do pessoal para melhor compreender as necessidades das Pequenas e Médias Empresas.	– Pequenas e Médias Empresas/Empresários? Número de funcionários bancários formados? Percentagem dos fundos do BEI para iniciantes?	Funcionários Bancários sobre Pequenas e Médias Empresas: Estatísticas anuais.
Empreendedorismo na educação	Os Estados Africanos devem consultar, desenvolver e publicar programas de longo-prazo (10 anos?) de apoio ao empreendedorismo na educação. Os referidos programas devem abarcar do ensino primário em diante; ter metas de 5 e 10 anos; envolver claramente o sector privado e as autoridades da educação no conceito e lançamento; permitir uma variedade de ferramentas/métodos (tanto para os alfabetizados como para os analfabetos); destaque no desenvolvimento de habilidades de Tecnologias de Informação. A Comissão da UA deve instigar processos de consultas com os estados no sentido de preparar programas, desenvolver um conjunto de metas; e subsequentemente publicar os registos dos avanços na implementação dos programas.	Os sectores privado – e da educação devem desempenhar importantes papeis no auxílio para o desenvolvimento e implementação dos programas nacionais. O sector das Companhias Multinacionais, em particular, deve criar/apoiar as escolas de formação técnica; desenvolver programas de formação vocacional; e incluir a formação em empresariado na referida formação vocacional.	Publicação de programas nacionais?	A consulta da Comissão da UA deve ser completa em 1 ano. Os planos devem ser publicados em 3 anos. A implementação deve ser feita em 10 anos.
Burocracia	Os Estados Africanos devem concordar a meta de 1 semana no máximo para que os produtores criem uma companhia. A Comissão da UA deve “estipular” os procedimentos actualmente em vigor em todos os Estados.	É necessário que o sector privado concorde sobre os termos de conduta.	A Cimeira da UA deve concordar na definição do período máximo de 1 semana.	Acordos no prazo de 1 ano. Alcance dos prazos de 1 semana nos próximos 2 anos.
Pagamento das aquisições públicas	Os Estados Africanos devem concordar sobre um código de conduta – <i>inter alia</i> – relativo aos pagamentos por parte do sector público (a todos os níveis): definição de termos de pagamento; concordar sobre as penalizações aos pagamentos atrasados; garantir a emenda de contratos para incluir as disposições para exigências de penalizações em caso de pagamentos atrasados.		Publicação do código de conduta.	No prazo de 1 ano.
Dois pontos finais, mais gerais: há a importante necessidade – mas não quantificada de criar capacitação no sector privado. O reforço da capacidade está concentrado no sector privado. Os financiamentos dos doadores devem ser desviados para este fim. Em segundo lugar, a Cimeira recomenda a criação de fóruns de				

parcerias económicas e sociais em toda a África, inicialmente ao nível nacional e posteriormante ao nível regional.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

**CONSELHO EXECUTIVO
DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
25 - 29 de Janeiro de 2008
Adis Abeba, Etiópia**

EX.CL/374(XII) b

**RELATÓRIO SOBRE O LANÇAMENTO DA PARCERIA UNIÃO EUROPEIA-
ÁFRICA PARA INFRA-ESTRUTURAS EM ÁFRICA E SOBRE A REALIZAÇÃO DA
PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÉ DIRECTIVO DA REFERIDA PARCERIA**

1. Introdução

A Comissão da União Africana e a Comissão Europeia procederam conjuntamente, de 24 a 25 de Outubro de 2007, na Sede da União Africana, em Adis Abeba (Etiópia), ao lançamento oficial da Parceria UE-África na área de infra-estruturas em África, bem como à realização da primeira reunião do Comité Directivo da referida Parceria, sob o tema “Criar e reforçar os serviços e as redes regionais de infra-estruturas em África”.

A Parceria UE-África no domínio de infra-estruturas é uma das pedras angulares da cooperação sempre crescente entre a Europa e a África. Essa parceria desempenhará um papel chave na implementação da estratégia conjunta UE-África, adoptada na Cimeira UE-África realizada em Lisboa, de 8 a 9 de Dezembro de 2007. A União Africana tornou-se, para a Europa, um interlocutor principal. Como tal, a União Africana é chamada a desempenhar um grande papel na implementação, acompanhamento e controlo da estratégia da União Europeia para África.

A Parceria UE-África na área de infra-estruturas constitui a resposta para a falta de infra-estruturas que penaliza o desenvolvimento económico de África. Ela visa à criação de redes de infra-estruturas que garantirão a interconectividade do continente Africano e das suas regiões. Para o efeito, a melhoria de infra-estruturas e dos serviços conexos promoverá um crescimento económico sustentável e as trocas comerciais regionais, encorajará a integração regional e, finalmente, contribuirá para a redução da pobreza. A UE ajudará a África para identificar e compensar as cadeias que faltam nas redes existentes, para harmonizar as políticas dos transportes, para desenvolver a gestão integrada da água, para desenvolver infra-estruturas energéticas transfronteiriças e regionais e, finalmente, para reduzir o fosso digital.

Os programas da Parceria serão uma mistura de investimentos em infra-estruturas físicas, de desenvolvimento institucional e de reforço de capacidades, para além de um apoio às políticas, à facilitação e ao quadro regulamentar, que é essencial para a operacionalização eficaz de infra-estruturas.

Em prelúdio aos eventos do lançamento da referida Parceria, foi organizada uma reunião de concertação a 23 de Outubro de 2007 tendo como objectivo fazer uma melhor preparação para os debates com a parte europeia e falar sóde uma única voz. As principais questões evocadas articularam-se, entre outros, em torno do seguinte:

- Modalidades e condicionalidades para a obtenção de financiamentos no quadro desta Parceria;
- Procedimentos apropriados a serem estabelecidos para limitar o peso do financiamento pelos instrumentos actuais da UE, fontes do consumo fiável de recursos;
- Critérios de elegibilidade de projectos continentais e regionais;

- Normas e funcionamento do Comité Directivo da Parceria ;
- Tarefas do Secretariado do Comité Directivo;
- Acesso do BAD ao Fundo Fiduciário.

II. Lançamento da Parceria UE-África na área de Infraestruturas em África : 24 de Outubro de 2007

II.1. Cerimónia de Abertura

A cerimónia de abertura foi co-presidida pela Comissão Europeia e pela Comissão União Africana. Ela foi marcada pelas palavras introdutórias do Director de Infra-estruturas e Energia da Comissão da União Africana, seguida pelos discursos pronunciados respectivamente pelo Director da Divisão NEPAD e Integração Regional na Comissão Económica das Nações Unidas para África, do Vice-Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento para a área de infra-estruturas, do sector privado e integração regional, do Director Geral de Desenvolvimento e Relações com os ACP na Comissão Europeia, bem como pela alocução de abertura feita pelo Dr. Bernard Zoba, Comissário da União Africana para Infra-estruturas e Energia.

Este lançamento contou com a participação de 172 delegados, em representação de 18 Estados Membros da UE (31 delegados), 22 Estados Membros da UA (33 delegados), 8 países com missões diplomáticas em Adis Abeba (11 delegados), a Comissão Europeia (15 delegados), a Comissão da União Africana (19 delegados), as Comunidades Económicas Regionais e Instituições Especializadas da União Africana (16 delegados), o Banco Africano de Desenvolvimento (8 delegados), as instituições bilaterais e internacionais de financiamento (23 delegados), consultores e órgãos de comunicação (13 delegados).

II.2. Desenrolar dos trabalhos

Depois da adopção da Agenda e do programa dos trabalhos, estes decorreram em quatro sessões sucessivas, designadamente:

- Parceria UE-África na área de Infra-estruturas: Interconectividade e Redes;
- Plano de Acção UA-NEPAD para Infra-estruturas e Prioridades Regionais;
- Iniciativas da UE para Infra-estruturas em África;
- Parceria UE-África no sector de Energia

a. Parceria UE-África na área da Infraestrutura: Interconectividade e Redes

Sobre este tema, a Comissão Europeia apresentou uma comunicação com o título “criação e manutenção de infraestruturas e redes regionais,” tema esse articulado em torno dos seguintes pontos:

- Desafios das infraestruturas , necessidades financeiras e quadro político;
- Conceito inerente à Parceria UE-África na área de Infraestruturas;
- Recursos financeiros e perspectivas sectoriais.

O orador indicou que esta Parceria visa à completar os programas nacionais e regionais no domínio de infra-estruturas e a apoiar o programa UA-NEPAD em matéria de infra-estruturas. Esta Parceria será essencialmente implementada pelas Comunidades Económicas Regionais, no quadro da estratégia UE-África. A Parceria tem também como objectivo a melhoria da coordenação entre os parceiros africanos e europeus, bem como o aumento da participação no financiamento dos Estados Membros da União Europeia, dos bancos e das instituições financeiras europeias.

O papel dos diferentes parceiros será definido assim como os diferentes mecanismos financeiros previstos principalmente para o Fundo Fiduciário, incluindo os programas indicativos aos níveis regional e nacional. A comunicação terminou com um debate sobre as intervenções sectoriais da Parceria.

b. Plano de Acção UA-NEPAD para Infraestruturas e Prioridades Regionais

Foram feitas comunicações sobre o programa da União Africana para infraestruturas assim como o Plano de Acção UA-NEPAD para o mesmo sector e o Estudo sobre o Quadro Estratégico a Médio e Longo Prazos (MTLSF) para o desenvolvimento de infra-estruturas pelos representantes da Comissão da União Africana e da Unidade NEPAD no BAD. Os oradores evocaram essencialmente o seguinte:

- Necessidades em termos de infraestruturas regionais, tendo insistido no facto de que o desenvolvimento de infraestruturas regionais, assim como o comércio constituem os fundamentos do crescimento económico, do desenvolvimento e da redução da pobreza;
- Estudos e acções em curso ao nível da Comissão da União Africana na elaboração de Políticas e Planos Directores continentais em matéria de transportes, energia e telecomunicações;
- Programa UA-NEPAD para infra-estruturas baseada num Plano de Acção a Curto Prazo (STAP) na área de infraestruturas, assim como no

Estudo em curso do Quadro Estratégico a Médio e Longo Prazos (MLTSF);

- Ponto de situação da implementação do STAP, cujos projectos foram implementados nas áreas de facilitação, reforço de capacidades, estudos e investimentos em diferentes sectores;
- Grandes desafios na implementação de projectos de infraestruturas em África, desafios relativos principalmente à fraca participação do sector privado, à fraqueza do sector financeiro e à capacidade limitada dos actores das sub-regiões, das regiões e do continente.

Em conclusão, os oradores insistiram na necessidade de prestar uma atenção particular aos projectos de facilitação, reforço de capacidades e coordenação de diferentes iniciativas no sector de infraestruturas em África aos níveis regional e continental.

c. Iniciativas Europeias para Infraestruturas em África

Foram feitas duas comunicações sobre este tema. A primeira foi feita por um representante do Bureau da Cooperação da Comissão Europeia (EuropeAid) e a segunda por um delegado do Banco Europeu de Investimentos. Os dois oradores evocaram essencialmente os projectos de infraestruturas implementados ou em curso de preparação com o apoio da Comissão Europeia para o desenvolvimento de infraestruturas em África.

Foi referido, entre outros, que durante os últimos dez anos a Comissão Europeia financiou infraestruturas de transportes, energia, água e das TICs em África, num valor de 1.4 biliões de Euros. Este apoio inclui projectos físicos, reforço de capacidades e apoio institucional, principalmente o apoio ao Programa de Políticas dos Transportes (SSATP), aos organismos transfronteiriços de bacias hidrográficas (RBO) tais como a Iniciativa da Bacia do Nilo, nos Pólos Energéticos e as Comunidades Económicas Regionais.

O representante do Banco Europeu de Investimentos apresentou também o novo instrumento financeiro recentemente criado - o Fundo Fiduciário - para as infraestruturas, com enfoque na estrutura e nos alvos deste Fundo, que é um mecanismo financeiro que visa facilitar a disposição de fundos provenientes da Comissão Europeia, dos Estados Membros da União Europeia, do BEI e futuramente do BAD, dos quais uma parte é constituída por subvenções.

Em forma de acções e projectos concretos em curso no quadro da Parceria UE-África na área de infra-estruturas, a favor da União Africana, podem os mencionar o seguinte:

- Concessão, ao Departamento de Infraestruturas e Energia, de um envelope de dois milhões de Euros, no quadro do apoio orçamental de

55 milhões de Euros à Comissão da União Africana para a elaboração de políticas e planos directores continentais nas áreas dos transportes, energia e telecomunicações;

- Um financiamento de 10 milhões de Euros, em curso de aprovação pela Comissão Europeia, no quadro do 9º FED, para a cobertura, a partir de 2008, de acções preparatórias e estudos de projectos concretos de transportes, energia e TIC's.

d. Parceria UE-África no sector de Energia

A Parceria UE-África no sector de Energia tem como objectivo o estabelecimento de um diálogo permanente entre a União Europeia e a União Africana sobre questões energéticas para fazer face aos desafios deste sector no Séc. 21 e identificar projectos energéticos elegíveis a financiamento.

O conceito desta Parceria é o resultado da reunião ministerial África – União Europeia da Troika realizada em Brazzaville, em Outubro de 2006, durante a qual foi tomado o compromisso de reforçar o diálogo político sobre a energia. O conceito da Parceria foi discutido detalhadamente por ocasião do Fórum África-Europa sobre Energia, em Março de 2007, em Bruxelas. Em seguida, o Conselho Europeu aprovou o conceito desta Parceria.

A referida Parceria vai reforçar o diálogo existente relativamente ao acesso à energia e a segurança energética, assim como contribuirá para o aumento dos investimentos em infraestruturas energéticas aos níveis nacional, regional e continental, incluindo a promoção de energias novas e renováveis, a eficácia energética, bem como a criação do quadro regulamentar apropriado e a cooperação em matéria das mudanças climáticas. Para o efeito, foi elaborado um Plano de Acção, instrumento esse que será implementado a partir de 2008.

II.3 Declaração Final

Os trabalhos de 24 de Outubro de 2007 terminaram com uma Declaração adoptada pelos participantes, cuja cópia é parte integrante do presente relatório (Anexo 1). Essa Declaração versa, entre outros, sobre o seguinte:

- Convite aos Estados Membros da UE para aumentar o financiamento destinado às infraestruturas em África, no quadro do seu compromisso de aumentar a ajuda pública para o desenvolvimento (APD);

- Apoio às actividades da Parceria UE-África para o sector de infra-estruturas através de recursos financeiros provenientes do Fundo Fiduciário que, em seis meses de funcionamento, mobilizou 97 milhões de Euros vindos dos recursos da Comissão Europeia e de contribuições individuais dos Estados Membros da UE;
- Envolvimento das instituições europeias de financiamento do desenvolvimento em actividades do Fundo Fiduciário no sector de infraestruturas;
- Criação do Comité Directivo da Parceria, órgão esse encarregue de definir as prioridades, orientar as acções da Parceria, bem como o intercâmbio de conhecimentos;
- Estabelecimento da Parceria UE-África no sector de Energia para consolidar o diálogo entre os dois continentes em matéria de energia e segurança energética, tendo em vista a promoção de investimentos de grande escala nas infraestruturas em África;
- Maior envolvimento do sector privado e reforço da parceria público-privada para o desenvolvimento de infraestruturas.

III. Primeira reunião do comité Directivo da Parceria UE-África para a área da Infra-estruturas: 25 de Outubro de 2007

III.1. Cerimónia de Lançamento

O lançamento da Parceria UE-África para o sector da infraestrutura é associado à criação do Comité Directivo da referida Parceria. A sua primeira reunião foi realizada a 25 de Outubro de 2007.

Essa reunião contou com a participação de 65 delegados em representação dos Estados Membros Africanos e Europeus, assim como de instituições de ambos os continentes envolvidos no sector de infraestruturas.

O Comité Directivo tem como mandato dar orientações estratégicas, servir de forum para troca de informações, melhorar a coordenação de várias iniciativas e projectos em matéria de infraestruturas no continente Africano, assegurar a complementaridade e o acompanhamento das acções realizadas no quadro dessa Parceria e reportar regularmente sobre este assunto.

III.2 Desenrolar dos trabalhos

Depois de algumas observações preliminares feitas pelos dois co-Presidentes, em representação da CE e da CUA, a agenda e o programa de trabalho foram adoptados tal como propostos. Assim, foram feitas comunicações e realizadas

debates essencialmente sobre os princípios que devem guiar as actividades da Parceria assim como a definição do mandato do Comité Directivo.

Os participantes alcançaram um consenso sobre o projecto relativo aos princípios de funcionamento do Comité Directivo da Parceria e a criação no seio do Departamento de Infraestruturas e Energia da Comissão da União Africana, do Secretariado do referido Comité, ao qual serão alocados recursos adequados para o seu funcionamento.

III.3 Resolução Final

No final dos trabalhos da primeira reunião do Comité Directivo da Parceria UE-África para o sector de Infraestruturas, foi adoptada uma Resolução, cuja cópia é parte integrante do presente relatório (Anexo 2).

Nessa Resolução, os participantes:

- Aprovaram o projecto relativo aos princípios de funcionamento do Comité Directivo, apresentado durante a reunião;
- Confirmaram os fins e os objectivos da Parceria UE-África para o sector de Infraestruturas;
- Designaram a Comissão Europeia e a Comissão da União Africana como Co-Presidentes do Comité Directivo até à próxima reunião;
- Apontaram o Departamento de Infraestruturas e Energia da Comissão da União Africana como o Secretariado do Comité Directivo e o Director de referido Departamento como Coordenador do Secretariado.

IV. Conclusão

A terminar, o lançamento oficial da Parceria UE-África para a área de Infraestruturas em África e a realização da primeira reunião do Comité Directivo da referida Parceria foram um grande sucesso em termos da elevada participação, da riqueza dos debates e do conteúdo dos documentos adoptados.

É necessário que as duas Comissões trabalhem arduamente de tal modo que as acções previstas a curto prazo para a operacionalização da Parceria para o sector de Infraestruturas principalmente a criação efectiva do Comité Directivo e do seu Secretariado assim como o desbloqueamento de 10 milhões de Euros em benefício da Comissão da União Africana, em 2008, para financiar algumas acções e estudos preparatórios sejam rapidamente realizadas.

Finalmente, é importante mencionar que a Parceria UE-África para o sector de Infraestruturas e a Parceria UE-África na área de Energia foram adoptadas na ultima Cimeira UE-África, que teve lugar de 8 a 9 de Dezembro de 2007 em Lisboa (Portugal).

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844
website: www.africa-union.org

**CIMEIRA ÁFRICA – UE
8 – 9 DE DEZEMBRO DE 2007
LISBOA, PORTUGAL**

EX.CL/374 (XII) c

**RELATÓRIO SOBRE OS RESULTADOS DA CIMEIRA ÁFRICA - UE E VIA A
SEGUIR**

RELATÓRIO SOBRE OS RESULTADOS DA CIMEIRA ÁFRICA - UE E VIA A SEGUIR

1. A Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo de África e União Europeia realizou-se em Lisboa, Portugal, de 8 a 9 de Dezembro de 2007. A reunião foi o culminar do reforço do diálogo político no quadro do qual foi desenvolvida uma Estratégia Conjunta e um Pano de Acção. Esses documentos foram apresentados e adoptados na Cimeira. Participaram na Cimeira 53 países do lado africano e 26 países do lado da UE.
2. A Estratégia Conjunta reflecte a nova relação entre os dois continentes com destaque na parceria entre iguais, abordagem tanto dos desafios bilaterais como globais, reconhecimento de uma África integrada e defende uma parceria de base ampla e direccionada às populações. A parceria estratégica compreende quatro grandes áreas, nomeadamente a paz e segurança, governação e direitos humanos, comércio e integração regional e principais questões do desenvolvimento.
3. A Cimeira de Lisboa criou oportunidade para que os líderes dos dois continentes partilhassem pontos de vista sobre todas as questões abordadas na Estratégia Conjunta. Especificamente, foram aflorados cinco principais temas de forma detalhada, nomeadamente a governação e os direitos humanos, paz e segurança, migração, energia e mudanças climáticas e comércio e infra-estruturas e desenvolvimento. Cinco Chefes de Estado e de Governo de cada um dos lados fizeram apresentações sobre estes temas.
4. Nos debates que se seguiram, os líderes dos dois lados fizeram comentários e manifestaram os seus pontos de vista em relação aos vários temas. Entre as principais questões estiveram os Acordos de Parceria Económica, Migração, Paz e Segurança, Governação e Direitos Humanos, incluindo a situação no Zimbábue, mudanças climáticas e os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.
5. Em relação aos APEs, a ideia do lado africano foi de que era necessário mais tempo para concluir acordos justos. Por este motivo, há a necessidade de ampliar o prazo para negociações de 31 de Dezembro de 2007. De igual modo, notou-se que a divisão de África em grupos de forma que satisfaça a UE sem ter em conta a configuração regional da integração de África era inapropriada. Os APEs devem, portanto, apoiar a questão do desenvolvimento e da integração de África na economia global. A dimensão do desenvolvimento deve ser analisada de forma completa, incluindo a necessidade de abordar questões como os melhores termos de comércio, capacidade, estrangulamentos do lado do fornecedor e diversificação das economias.
6. Relativamente à paz e segurança, os dois lados partilharam pontos de vista sobre o assunto que concordaram ser um desafio comum para ambos os continentes. Os esforços de paz ao nível do continente africano foi efusivamente

felicitado mas ambos os lados concordaram ser necessário maior colaboração entre os dois de modo a se estabelecer uma paz e segurança duradoura no continente. A necessidade de África tomar a posição de liderança na solução dos seus problemas foi igualmente destacada.

7. Em relação à governação e Direitos Humanos, os líderes argumentaram que a governação democrática forma uma parte integral dos desafios comuns de África e da UE ao nível global bem como para a sua parceria política e direccionada às populações. Relativamente à situação no Zimbábue, notaram com preocupação a actual situação dos direitos humanos e exortaram à acções imediatas na abordagem das questões de governação e desenvolvimento socioeconómico do país.
8. Em relação à migração, os líderes concordaram que os dois continentes necessitam de trabalhar de forma mais estreita para abordar a questão. Melhor gestão do fenómeno migração pode criar imensos benefícios tanto para África como para a UE e os dois lados podem de facto trabalhar em conjunto para combater a imigração ilegal.
9. A Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista manifestou o interesse de albergar a próxima Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo de África e da UE em 2010.
10. Solicita-se ao Conselho Executivo a aprovar a petição da Líbia para albergar a próxima Cimeira e para mandar a Comissão da UA a coordenar o processo das negociações dos APEs entre os vários grupos de negociadores regionais africanos e a União Europeia.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844
website: www.africa-union.org

CIMEIRA ÁFRICA – UE
8 – 9 DE DEZEMBRO DE 2007
LISBOA, PORTUGAL

EX.CL/374 (XII) c

RELATÓRIO FINAL DA CIMEIRA DE LISBOA

I. INTRODUÇÃO

A Segunda Cimeira África – UE dos Chefes de Estado e de Governo realizou-se em Lisboa, Portugal, em 8 e 9 de Dezembro de 2007. A reunião foi o culminar do reforço do diálogo político no quadro da Troika UA – UE que resultou na elaboração de uma Estratégia Comum e de um Plano de Acção. A Estratégia reflecte a nova relação entre os dois continentes, com destaque na parceria entre iguais, e aborda tanto os desafios bilaterais como os globais, reconhece uma África integrada e cobre uma ampla parceria centrada nas populações. Esses documentos foram apresentados para análise e adopção durante a Cimeira na qual participaram 53 países do lado africano e 26 países do lado da UE.

II. CERIMÓNIA DE ABERTURA

Discursaram na Cerimónia de Abertura o Primeiro-ministro de Portugal em representação da Presidência da UE, o Presidente do Gana em representação da Presidência da UA, o Presidente do Egipto, como anfitrião da Primeira Cimeira África – UE, o Presidente da Comissão da União Africana, o Presidente da Comissão Europeia, a Presidente do Parlamento Pan-africano e o Presidente do Parlamento Europeu.

a. Declarações do Primeiro-ministro de Portugal. Nas suas declarações, o Primeiro-ministro de Portugal fez a observação de que os países africanos e da UE são iguais em soberania e posição política e destacou a necessidade dos dois continentes trabalharem em conjunto e referiu que a nova parceria marcou uma nova página nas relações entre os dois continentes. Referiu que África e a UE partilham visões semelhantes em relação ao futuro e definiram em conjunto uma nova via para o futuro. Destacou que a Estratégia Conjunta é singular pelo facto de possuir um Plano de Acção que irá garantir a sua implementação efectiva. Fez referência à importância de um diálogo franco e aberto nas áreas da paz e segurança, comércio, infra-estruturas e desenvolvimento, governação e direitos humanos, mudanças climáticas e migração, que são todas abordadas de forma adequada na Estratégia Conjunta. O Primeiro-ministro notou que a migração era uma das áreas em que mais se faz sentir a falta de diálogo e cooperação e solicitou a regulamentação dos fluxos migratórios através de preferencialmente imigrações legais porquanto se combate a imigração ilegal bem como abordagem dos aspectos ligados aos direitos humanos dos imigrantes. O Primeiro-ministro observou que a Cimeira foi atrasada por muito tempo devido à situação no Zimbábue e foi de opinião que uma via pode ser encontrada para o problema através do diálogo. Posteriormente, manifestou a sua forte convicção de que o nível de compromisso em ambos os lados era comensurável com os desafios futuros. Ao concluir as suas declarações, agradeceu os Chefes de Estado e de Governo presentes, aos Parlamentos da UA e UE e às Comissões da UA e da UE pelo seu papel activo durante a Cimeira. Agradeceu igualmente o Presidente do Gana pela sua liderança e desejou-lhe um Feliz Aniversário.

b. Declarações do Presidente do Gana. Nas suas declarações, referiu que África e a UE vêm de um longo percurso desde a Cimeira de 2000 realizada no Egipto. A relação entre os dois continentes desde então melhorou e que a Cimeira de Lisboa era reflexo da estreita ligação entre os dois. Lembrou o passado difícil, notando os problemas do comércio de escravos, colonialismo e apartheid, e referiu-se que o significado da Cimeira era que criava as bases para o respeito mútuo com base na cooperação económica, cultural e humanitária e o reconhecimento do direito de África em integrar por completo na economia global. Referiu ainda que todos os desafios podem ser superados se os dois lados compreenderem as condições de cada um. Saudou o facto da Estratégia Conjunta abarcar todas as principais áreas de preocupação tanto para África como para a UE e referiu que o que falta é a implementação efectiva com o envolvimento de todos os actores intervenientes. Relativamente aos desafios da globalização, destacou que África necessita da Europa tanto quanto a Europa necessita de África. Destacou igualmente a importância do desenvolvimento das infra-estruturas em África e solicitou ainda por parcerias com investidores credíveis de modo a prestarem financiamentos aos referidos projectos. Referiu que a UE tem capacidades de trazer o capital e o conhecimento necessários.

c. Declarações do Presidente do Egipto. Na sua declaração, lembrou terem-se passado sete anos desde a Primeira Cimeira no Cairo e deste modo, a Cimeira de Lisboa proporcionava a oportunidade para rever os progressos alcançados desde então. Referiu que a nova Parceria África – UE beneficiará tanto África como a UE bem como abordará os desafios de ambos os continentes. Em relação à questão da Democracia, referiu que África implementou mecanismos tais como o Mecanismo Africano de Revisão por Pares para promover a democracia no continente. Destacou alguns dos principais problemas que afectam África, tais como o comércio, infra-estruturas, doenças, meio ambiente e a dívida. Manifestou-se esperançado que a nova parceria estratégica poderá ajudar na abordagem desses problemas. Referiu que a parceria tem o potencial de garantir investimento, educação para a juventude, abordagem do fenómeno migração, controlo da desertificação e redução do impacto negativo das mudanças climáticas. Finalmente exortou que se tome parte activa na implementação da Estratégia Conjunta.

d. Declarações do Presidente da Comissão da UA. Na sua Declaração, referiu que África e a UE partilham valores comuns, incluindo os princípios democráticos, o estado de direito, a boa governação e o respeito dos direitos humanos. Referiu ainda que África tenciona actuar de forma própria, elaborar a sua própria agenda e tomar responsabilidade pelo seu próprio futuro. Destacou que a União Africana era uma organização de integração, diferente da sua antecessora, a Organização de Unidade Africana, que era basicamente uma organização de cooperação. Referiu que a UA estava agora a trabalhar no sentido de alcançar os Estados Unidos de África. Destacou que África é uma e indivisível. Referiu ainda que para além da UA, existem as Comunidades Económicas Regionais e que é importante se evitar colocar uma região contra a outra. Destacou a necessidade de se envolver outros actores intervenientes tais como a sociedade civil, o sector

privado e a diáspora, o que não acontecendo qualquer sucesso será baseado nas divisões. Em relação ao comércio, referiu que este deve levar ao desenvolvimento. Manifestou-se preocupado pelo facto dos Acordos de Parceria Económica não poderem produzir os benefícios desejados para África. Referiu que muitas questões permanecem sem resposta e que mais tempo é necessário para concluir acordos justos. Destacou que África se reserva no direito de proteger o seu sector económico e não pode mais aceitar ser somente um mercado de importação e exportador de matérias-primas. Referiu que o crescimento registado durante os últimos anos era ainda frágil e necessitava ser consolidado. Na sua opinião, as novas parcerias devem criar uma situação rentável para todos. Dentre os tópicos abordados, estava a questão da migração. Este, segundo o Presidente, é um fenómeno causado pelo desenvolvimento desigual e é necessária uma metodologia global para abordar esta questão.

e. Declarações do Presidente da Comissão Europeia. Na sua declaração, apresentou a visão da UE de uma relação de iguais com base no respeito mútuo. Exortou o envolvimento sério de todos os actores intervenientes, incluindo os parlamentos, o sector privado, a sociedade civil e a juventude. Referiu-se à parceria como o relacionamento entre os povos, e não somente o relacionamento político e diplomático. Exortou a todos a ultrapassar os estereótipos na nova parceria.

f. Declarações da Presidente do Parlamento Pan-africano. Na sua declaração, destacou que o convite dos dois parlamentos à Cimeira era significativa, pelo facto de demonstrar uma nova dimensão na parceria entre África e a UE. Referiu que os dois parlamentos decidiram trabalhar em conjunto e manifestaram ainda a posição que a implementação da Estratégia Conjunta poderá ter um impacto positivo nas vidas das populações de África e da UE. Portanto, referiu, o envolvimento activo dos dois Parlamentos é essencial. Notou que a dimensão parlamentar direccionada para as populações necessita envolver a dimensão parlamentar à todos os níveis. Destacou que a Estratégia representa um desejo por uma parceria mútua entre África e a UE e abre caminhos para um diálogo genuíno. Referiu que uma mudança de paradigma era necessária nas relações entre os dois continentes. Referiu ainda que os dois parlamentos trabalharão em conjunto para prestar o máximo de advocacia à Estratégia Conjunta.

g. Declarações do Presidente do Parlamento Europeu. Na sua declaração, lembrou a Cimeira realizada no Cairo em 2000 e sublinhou que significantes progressos foram alcançados desde então. Referiu que a forte dimensão parlamentar da Estratégia era indisputável e destacou que o reforço da democracia necessitava de um parlamento forte. Referiu que os dois parlamentos continuarão a trabalhar em conjunto para melhores resultados.

III. PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA

Durante a primeira sessão plenária, foram proferidas declarações introdutórias para cada um dos cinco temas da agenda. O tema sobre Governança e Direitos Humanos foi apresentado pela África do Sul e Alemanha, Paz e Segurança pelo Gabão e França, Migração pela Líbia e Espanha, Energia e Mudanças Climáticas pelo Uganda e Dinamarca e Comércio, Infra-estruturas e Desenvolvimento foi apresentado pelo Senegal e Itália.

IV. SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

A Segunda Plenária criou oportunidade para os líderes dos dois continentes partilhaem os pontos de vista em relação aos cinco temas apresentados durante a Primeira Plenária. No debate que se seguiu, os líderes de ambos os lados comprometeram-se e manifestaram os seus pontos de vista relativamente aos vários temas. Entre as principais questões estiveram os Acordos de Parceria Económica, Migração, Paz e Segurança, Governança e Direitos Humanos, incluindo a situação no Zimbábue, Mudanças Climáticas e os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.

(a) Acordos de Parceria Económica (APEs): Relativamente aos APEs, a opinião no lado africano foi de que mais tempo é necessário para concluir acordos justos. Deste modo, há a necessidade de se ampliar o prazo para as negociações de 31 de Dezembro de 2007. Os delegados notaram igualmente que a divisão de África em grupos de modo que satisfazia a UE sem ter em conta a configuração regional dos esforços de integração de África era inapropriada. Os APEs devem, portanto, apoiar a questão de integração de África uma vez que a integração regional é essencial para o desenvolvimento e integração de África na economia global. A dimensão do desenvolvimento deve ser analisada por completo, incluindo a necessidade de abordar questões tais como os melhores termos para o comércio, constrangimentos do lado do fornecedor e diversificação das economias. O Presidente da Comissão Europeia, nas suas declarações, propôs que no princípio do próximo ano, sejam realizados debates ao mais alto nível político com cada região tendo em conta as necessidades específicas e as realidades económicas. Foi então sugerido que os Ministros das Finanças e do Comércio africanos e da União Europeia se reúnam e elaborem recomendações concretas sobre a questão.

(b) Migração: O Líder da Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista fez notar que a migração em África era resultado do subdesenvolvimento e encorajou o Reino Unido e a França a aceitar os imigrantes dos países anglófonos e francófonos, respectivamente. Solicitou à UE a proporcionar recursos para os países africanos de modo a ajudá-los no combate à imigração ilegal. Em particular, indicou que o seu país necessita de mil milhões de dólares americanos anualmente para combater a imigração. O sentimento generalizado foi de que os dois continentes necessitam trabalhar de forma mais estreita para abordar a questão da imigração. Melhor gestão do fenómeno imigração pode produzir imensos

benefícios tanto para África como para a UE e os dois lados podem trabalhar efectivamente em conjunto para combater a imigração ilegal.

(c) Paz e Segurança: Os dois lados partilharam pontos de vista em relação à necessidade da paz e segurança que é um desafio comum para ambos os continentes. Os esforços de paz ao nível do continente africano foram bastante aplaudidos. Ambos os lados concordaram ser necessária maior colaboração entre os dois de modo a se estabelecer uma paz e segurança duradouras no continente. A necessidade para África em continuar a desempenhar uma função de liderança na promoção da paz e segurança no continente foi igualmente sublinhada.

(d) Governança e Direitos Humanos: Após a apresentação relativa à Arquitectura Pan-africana de Governança feita pelo Presidente Thabo Mbeki da África do Sul, os dois lados argumentaram que a governança democrática é parte integral dos desafios comuns de África e da UE ao nível global bem como para a sua parceria política e centrada para as populações. A importância de haver uma metodologia abrangente para a governança que abarque todos os aspectos incluindo o político, institucional, socioeconómico, cultural e do meio-ambiente, foi apoiado concordou-se numa colaboração entre África e a UE numa variedade de questões, incluindo nas áreas do desenvolvimento institucional e reforço das capacidades, a promoção de eleições livres e democráticas, respeito por e promoção dos direitos humanos e dos povos, constitucionalismo e respeito pelo estado de direito, combate à corrupção, entre outros.

Relativamente ao Zimbábue, os líderes notaram com preocupação a actual situação dos direitos humanos e solicitaram por acção imediata na abordagem das questões de governança e do desenvolvimento socioeconómico do país. Os líderes africanos foram desafiados a confrontar os abusos nos seus países e comprometerem-se a resolver de forma adequada de modo que o Zimbábue possa evoluir nessa frente. As dificuldades que passam os Zimbabueanos foram reconhecidas mas foi sentimento generalizado de que se deve dar mais uma chance à mediação liderada pela África do Sul. Foi destacado que à África deve ser dado mais espaço e tempo para que tome conta do seu destino e apresente soluções domésticas para os seus desafios de desenvolvimento.

(e) Mudanças Climáticas

Este ponto foi apresentado pelo Presidente da República do Uganda que sublinhou que muitos africanos não têm acesso à electricidade e que há a necessidade de mover do emprego no sector agrícola para o sector da indústria. Destacou que África necessita de energia limpa e fez notar que o continente somente pode produzir 500.000 megawatts dos 900.000 necessários.

Ao tomar a palavra, o Primeiro-ministro da Dinamarca, Anders Rasmussen, reconheceu que o mundo está actualmente a experimentar um clima extremo e observou que apesar de África contribuir à margem para as emissões de

gazes com efeito de estufa, é o continente mais vulnerável, em especial ao se considerar que as colheitas irão decrescer em até 50% em África devido às mudanças climáticas. Destacou posteriormente a necessidade dos países desenvolvidos envolverem-se na questão das mudanças climáticas. Notou que o acesso à energia é uma pré-condição para o desenvolvimento e somente 23% dos africanos têm acesso à electricidade. Informou à Cimeira que a Dinamarca irá albergar a Cimeira das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em 2009. Ao concluir, insistiu que os Ministros não deveriam deixar Bali sem chegar a acordos concretos.

Nos debates subsequentes, alguns países afirmaram que já sentem os efeitos das mudanças climáticas e que há a necessidade de se levarem a cabo acções que beneficiem o resto do mundo.

(f) Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento

Houve um acordo generalizado de que apesar de terem havido alguns resultados alcançados, ainda resta bastante ser feito. A Cimeira destacou a necessidade de combater o VIH/SIDA e a Malária. Foi igualmente notado que África continua o continente mais pobre, onde 100 milhões de crianças não têm acesso à educação e 2.800 mortes ocorrem diariamente devido à Malária. Foi igualmente sublinhado que os OMDs são uma chamada para que o mundo respeite os direitos humanos e que a Europa e África devem ser aliados.

V. TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA

Na manhã do segundo dia da Cimeira UE – África os representantes dos eventos paralelos tiveram a oportunidade de apresentar os seus pontos de vista aos Chefes de Estado e de Governo. As Organizações da Sociedade Civil, Juventude, Sindicatos e o Sector Privado apresentaram as conclusões dos seus eventos paralelos.

(a) Organizações da Sociedade Civil: A Sociedade Civil foi representada pela Sra Fátima Proença, Presidente da Plataforma NGDO Portuguesa, e Taoufik Ben Abdallah, da ENDA (Acção de Desenvolvimento do Meio-Ambiente no Terceiro Mundo), em que o último fez a leitura da declaração. A sua apresentação destacou nos princípios sobre os quais as novas relações de parceria entre África e UE devem ser baseadas, especialmente a responsabilização e confiança mútua. Foram:

- Quaisquer futuras parcerias devem ser baseadas nos conhecimentos e respeito mútuo, num diálogo político honesto e no reconhecimento que os Direitos Humanos são universais. A Governação deve ser uma obrigação política para o processo de edificação democrática em ambos os continentes;

- A confiança é criada com base na compreensão e respeito comum. É permanentemente edificada e reforçada através da implementação de políticas coerentes e de solidariedade bem como em resultados concretos.

(b) Juventude: A Presidente do Fórum Europeu da Juventude, Bettina Schwarzmayer, representou a juventude, juntamente com Mandela Kampere da União Pan-africana da Juventude. Na declaração apresentada, a Cimeira África – Europa da Juventude levantou os seguintes pontos:

- Os compromissos para o alcance dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento devem ser reforçados uma vez que estes proporcionam um quadro para o desenvolvimento e erradicação da pobreza, especialmente em África;
- Os direitos humanos são universais e a Cimeira exortou os governos a garantir os direitos políticos bem como os direitos culturais, sociais e económicos para todos.
- Uma Parceria UE – África significativa deve ser baseada num projecto e programa estratégico de acção para a juventude de modo a reforçar a sua participação no desenvolvimento.

(c) Sector Privado: O Sector Privado foi representado pelo Senhor Jorge Rocha de Matos, Presidente da Associação Industrial Portuguesa – Confederação de Negócios, juntamente com o Senhor Vicent Maphai, Presidente da BHP Billiton África, e Co-Presidente pela parte africana do Fórum de Negócios UE – África. Na sua declaração final referiram-se ao seguinte:

- Destacar a importância de um sector privado reforçado e diversificado para o desenvolvimento sustentável e o alívio da pobreza no continente africano;
- Solicitar aos governos em ambos os continentes a aprofundar o envolvimento da sociedade civil e dos actores não-estatais nos seus processos de elaboração de políticas. Os representantes do Sector Privado podem prestar uma contribuição valiosa para questões como a agricultura, energia, governação e emprego sustentáveis;
- Elaborar recomendações sobre como promover o comércio, a interconectividade e o empreendedorismo através da Estratégia Conjunta África – UE, conforme debatida pelo Fórum de Negócios UE – África realizado em Acra, Gana, em Junho de 2007.

(d) Sindicatos: A Vice-presidente da Confederação Europeia dos Sindicatos (ETUC), Maria-Helena André, dirigiu-se à Cimeira UE – África em representação dos Sindicatos. Fez a apresentação da declaração adoptada

na Cimeira dos Sindicatos da UE – África, destacando as seguintes prioridades:

- A importância do trabalho decente, incluindo a definição e/ou o reforço dos sistemas de protecção social;
- A promoção da governação democrática para os governos de paz e isentos de corrupção;
- O reconhecimento dos parceiros sociais como actores no desenvolvimento económico e social; e
- A estratégia comum sobre migração e desenvolvimento que respeite os direitos humanos.

VI. ADOÇÃO DOS DOCUMENTOS (ESTRATÉGIA CONJUNTA, PLANO DE ACÇÃO E DECLARAÇÃO DA CIMEIRA)

A Estratégia e o Plano de Acção África – UE bem como a Declaração de Lisboa foram analisados e adoptados pela Cimeira. Os três documentos estão em anexo. A Estratégia Conjunta reflecte as novas relações entre os dois continentes, destacando a parceria na igualdade, aborda tanto os desafios bilaterais como os globais, reconhece uma África uma e integrada e cobre uma parceria ampla e centrada para as populações. A parceria estratégica comporta quatro amplas áreas, nomeadamente a paz e segurança, a governação e os direitos humanos, comércio e integração regional e principais questões de desenvolvimento. A Estratégia Conjunta será implementada através de sucessivos Planos de Acção. O primeiro Plano de Acção está estruturado em volta de 8 “Parcerias UE – África” que cobrem diferentes acções prioritárias.

VII. SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Na Cerimónia de Encerramento discursaram as Presidências da UA e da UE. O Presidente da República do Gana agradeceu o Primeiro-ministro de Portugal pela liderança e igualmente por garantir que a Cimeira fosse realizada. Referiu que a Cimeira foi importante pelo facto de ter adoptado a Estratégia Conjunta, o Plano de Acção e a Declaração de Lisboa que são importantes para o futuro das relações África – UE.

O Primeiro-ministro de Portugal observou que Portugal insistiu na Cimeira durante a sua Presidência da UE que foi atrasada por muito tempo. Reconheceu que uma nova página na história das relações África – UE foi escrita e que a Cimeira era benéfica para ambos os continentes. Manifestou-se esperançado que a Cimeira venha a ser um evento regular. Agradeceu a Líbia por se predispor a albergar a próxima Cimeira e informou que o lado africano tomaria a decisão final relativamente ao local para a próxima Cimeira.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2008

Análise dos relatórios sobre a parceria África-Ue

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3883>

Downloaded from African Union Common Repository